

Educação mantém índices

Regina Pires

Da equipe do Correio

A construção de escolas em ritmo acelerado — com uma nova sala de aula erguida a cada dia útil — foi fundamental para manter o nível de escolaridade do Distrito Federal no patamar de 98% revelado pela pesquisa da ONU. O primeiro lugar do país conquistado na área de educação, em aspectos como investimentos no setor, escolaridade no ensino fundamental e alfabetização de adultos (91%) foram mantidos a duras penas.

“A distribuição de lotes na periferia estimulou a emigração principalmente da região Nordeste, nos anos 91 e 92”, lembra o secretário de Educação, Antonio Ibañez. Isso fez com que as escolas existentes não comportassem a quantidade de novos alunos que surgiram. A solução de emergência encontrada no Governo Roriz foi criar um terceiro turno no horário do almoço, que ficou conhecido como o *turno da fome*.

As escolas novas passaram a ser construídas ano passado. Hoje, segundo Ibañez, 98% das crianças entre sete e 14 anos estão cursando o Primeiro Grau — a taxa mais alta do Brasil, de acordo com a pesquisa da ONU. Não há números atualizados nos demais estados. O Ministério da

Educação iniciou este ano um senso que deverá mostrar esses indicadores no resto do país.

BOLSA-ESCOLA

A criação da Bolsa-escola no DF foi outro mecanismo para estimular o ensino. Desde março do ano passado, famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo recebem um salário, por mês, para mandarem os filhos à escola. Mais de 14 mil famílias estão sendo atendidas pelo programa.

Joaneline Souza, de 14 anos, voltou a cursar a 3ª série. Foi aprovada e agora sonha continuar os estudos e até formar-se em medicina. Com dez anos, ela foi trabalhar como babá. Tinha que ajudar a mãe doente e separada de seu pai a sustentar mais dois irmãos menores. “Graças a ações como essa, o número de matrículas na rede pública, incluindo a pré-escola, o primeiro e segundo graus, aumentou de 489 mil no ano passado para 511 mil,” comemora o secretário.

Os investimentos em educação, incluindo repasses da União, somaram desde janeiro deste ano até agora R\$ 443 milhões, o equivalente a 26,09%, da arrecadação total do DF, no período. Para cumprir a Constituição, os estados devem destinar no mínimo 25% do valor que arrecadam.